

JANAUCÁ, CONFLITOS E TERRITORIALIDADES NAS ÁGUAS

Ana Paulina Aguiar Soares - Universidade do Estado do Amazonas – UEA¹
apaulinas@yahoo.com.br, apsoares@uea.edu.br

O objetivo deste trabalho é identificar as lógicas empreendidas por camponeses e pescadores da Localidade Janaucá, - afluente do Rio Solimões, pertencente aos Municípios de Careiro-Castanho e Manaquiri, Estado do Amazonas, a 60 km em linha reta da cidade de Manaus -, na construção de territorialidades sobre as águas para a garantia da sua reprodução social num modo de vida e territorialidades próprios: camponeses buscando manter nas águas a preservação de alimentos oriundos do meio aquático e pescadores que, através da entrega do produto da pesca a empresários do ramo ou seus intermediários, recebem recursos que apenas permitem sua subsistência.

Da população total do Estado do Amazonas, estimada em 2.900.000 habitantes, 25,8% são consideradas rurais, segundo critérios do IBGE, mantendo-se a ressalva feita por Oliveira, 2004: *passim*. Se, para estimar numericamente a população considerada ribeirinha, considerar-se simplesmente aquela que habita nas margens dos ambientes aquáticos, pode-se fazer um exercício de subtração daqueles que não dependem dos rios para se locomover, tal como os habitantes das margens de rodovias e dos projetos de assentamento sob a jurisdição do INCRA, - em contraponto com os que dependem “dos laços com as vias naturais de circulação” (NOGUEIRA, 1999: 3) -, e ter-se-á que mais de 90% dessa população considerada rural é, também, ribeirinha.

Segundo esse critério, a definição de ribeirinho é abrangente pois incluiria, além dos chamados caboclos-ribeirinhos (GONÇALVES, 2001; FRAXE, 2000 e 2004; e MASULO [s/d]), todos os agentes sociais situados às margens desses ambientes, como pecuaristas, madeireiros, garimpeiros, hoteleiros, agroindústrias, armadores, frigoríficos etc. Revisando a bibliografia, percebe-se que recorrentemente são designados ribeirinhos “os habitantes das várzeas” (McGRATH, 1993: 91; NEVES, 2003: 47; SCHERER, 2003: 96, dentre outros), como auto-evidência, de modo que o atributo geográfico confere e harmoniza a todos como sendo ribeirinhos supondo-os determinados a um modo de vida conferido pela natureza². Ademais, fica sub-entendido que o morador da terra-firme, mesmo que assentado na margem do rio, é dado em oposição ao ribeirinho posto que este é convencionalmente apenas como o morador da várzea.

Para além da definição, Maybury-Lewis (s/d: 32) aponta para uma certa diferenciação dos ribeirinhos, entre aqueles que “optam para lutar a favor da manutenção de um modo comunitário de viver e uma economia de subsistência” e outros que “se distanciam de normas *camponesas* e participam da *modernização* regional, ou se engajam na pesca comercial...”.

Fraxe (2000), estuda os “homens que vivem à margem dos rios, lagos e igarapés da Amazônia”, a quem define como caboclos – ribeirinhos, concebendo-os como campesinato de várzea do Rio Solimões-Amazonas, a partir dos elementos constitutivos da produção camponesa. A estes, confere a metáfora de “homem anfíbio” decorrente do entendimento de que “além da terra, utiliza a *água* como fundamental meio de produção para sua subsistência”. Da mesma forma, Masulo (op. cit.) empreende

¹ Pesquisa em andamento, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas – FAPEAM.

² Apesar disso, essa literatura, está de fato referida apenas à produção familiar, camponesa, pescadora e extrativista.

estudo do “modo de vida dos caboclos-ribeirinhos” se propondo “perceber que sua lógica de produção e reprodução, embora particulares, se enquadram no conceito geral do campesinato”. É sob essa ótica que os ribeirinhos são definidos no contexto aqui apresentado.

A pesca é um dos atributos desses camponeses ribeirinhos para obtenção direta de alimentos para a unidade familiar, via pesca artesanal (Furtado, 1993), tal como o extrativismo florestal e a agricultura, assim como pode consistir em trabalho acessório ou ajuda mútua, necessários para a sua reprodução social. Mas, os pescadores profissionais, (Furtado, op.cit.) dedicados inteiramente ao trabalho na pesca são também constitutivos das populações chamadas ribeirinhas, como no Janauacá, em que chega a haver lagos cujos moradores são especializados na pesca, seja na captura, seja na propriedade de barcos e apetrechos, seja na intermediação, ou ainda, na venda de gelo. Produção que é, em parte destinada ao mercado de Manaus, e em grande parte destinado a frigoríficos exportadores situados na vizinha cidade de Iranduba, baixo Solimões.

A presença de antagonismos na pesca envolvendo embarcações pesqueiras profissionais, pecuaristas, comerciantes, privatização de lagos, dentre outros, tem merecido diversos estudos pelos acadêmicos dedicados aos estudo das chamadas populações halieuticas (Fraxe: 2000 e 2004; Lima et al. (2003); Maybury-Lewis (s/d: 53); Gonçalves (2001, 156-7); McGrath,1993: 92 e McGrath et al. (1998 e Furtado (2004: 60). Furtado, nessa obra, destaca “a territorialidade da pesca como um espaço *construído* e disputado por diversas categorias de pescadores (artesanais, industriais, esportistas e aquícultores)”. Em parte, essa literatura, também menciona conflitos nos níveis locais, entre camponeses ribeirinhos e pescadores profissionalizado,s em vista da forte pressão sobre os estoques de peixes, agravados nas épocas de escassez natural, tema sobre a qual este estudo se dedica.

Acselrad (2004: 18-19) salienta as dificuldades teóricas de “caracterização do ambiental como um campo específico de construção e manifestação de conflitos”. Entende que tais conflitos, ao colocar em questão a “distribuição de poder sobre o território e seus recursos” evidenciam a existência de “ação e história produzidos pela ação coletiva: sendo construídas pelos próprios atores nas condições históricas dadas, as próprias divisões dos campos podem mudar, fugindo do determinismo rígido do estruturalismo convencional”. O pressuposto é de que os conflitos constituem defesas de identidades que vêm sendo construídas e que constroem territorialidades específicas (Almeida:2004a e 2004b). A territorialidade nas águas, sob essa ótica, é construída também como uma “síntese contraditória” (Oliveira, 2004), que no dizer de Raffestin (1993 :162) pode constituir “uma longa luta para preservar uma identidade” e ao mesmo tempo “uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores”. O entendimento de Di Méo (1998), quanto à constituição do território como resultado de um duplo movimento de sociabilização da espacialidade e da espacialização da sociabilidade, também é importante para compreender as territorialidades específicas neste contexto contraditório presente na área em estudo.

Morar em Janauacá, a área em estudo

A territorialidade nas águas, sob essa ótica, é construída também como uma “síntese contraditória” (Oliveira, 2004), que no dizer de Raffestin (1993 :162) pode constituir “uma longa luta para preservar uma identidade” e ao mesmo tempo “uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores”

comumente considerada simplesmente como uma característica cultural, posto que o imaginário de que a Amazônia ao possuir “mais terra do que habitantes”, torna invisível o conflito e a marginalização daqueles que dispõem apenas da água para se reproduzir socialmente.

Na área em estudo, a grande unidade chamada Paraná do Janauacá se forma por um conjunto de lagos, furos e igarapés, com importante densidade de moradias, principalmente em algumas das suas mais importantes comunidades. Tais comunidades são geralmente originadas e denominadas pela ação pastoral católica, têm uma sede cuja ordenação espacial se dá em torno do templo religioso, onde estão estabelecidas, geralmente, a escola, o posto de saúde e as áreas de lazer. Nem todas as sedes de comunidades possuem um núcleo habitacional adensado, estando as moradias distribuídas pelas margens dos ambientes aquáticos, seja na terra ou na água. Especialmente, cada comunidade está referida a um determinado lago, ou igarapé e seus afluentes imediatos.

Algumas dessas comunidades se especializam em algum tipo de produção como goma de tapioca ou farinha de mandioca, pesca profissional, extrativismo do açaí etc. Explicações para a preferência pela produção de goma, principalmente no Lago do Italiano e no Janauacá Grande, são dadas pela componente de uma família em que sete mulheres trabalham no beneficiamento da mandioca, enquanto os homens trabalham no roçado.

No tempo que leva para fazer dez sacas de farinha, já tem dado tempo de fazer cem caixas de goma. Porque a mandioca, para fazer farinha, tem que por na água, esperar dois ou três dias para amolecer, depois torrar. Até que vá sair a farinha, a goma já tem acabado de vender. E se for lá para Manaus, o povo já tem acabado de comprar.

A goma, porque dá menos trabalho, é mais rápida para produzir. E a farinha, já sabe: se a gente pedir R\$ 40,00 reais num saco de farinha, ninguém quer dar e a gente trabalha dobrado. Às vezes, são mais de 60 quilos e eles não querem pagar R\$ 40,00 reais, e numa caixa de goma, com 50 kg pagam R\$ 40,00 reais.

Sobre o processo de trabalho:

Eles (os homens) trazem do roçado na canoa e já vem de molho para tirar aquela casta toda. Aí, põe aqui e nós temos o trabalho de limpar, tirar o resto, lavar e colocar ali naquela banca (...). Aí, esse motorzinho faz funcionar a bomba para girar aquela bola e a gente vai ter o trabalho de sovar. A massa vai caindo dentro dessa gamela aí. Daí, tem uma peneira que é colocada ali. As meninas então vão colocando lá e colocando água para aguar, tirando a goma. Quando passa da peneira para dentro daquela gamela, vai para uma rede de pano. À tarde, ela já está toda “sentadinha”, como se diz. Aí, tira o tucupi, cava toda só para um canto, põe água e a goma vai dissolver todinha de novo. Aí no outro dia, ela fica com uma “borra” por cima (como está aqui) e daí é que a gente vai por na caixa.

O modo de vida tradicional se ajusta à modernidade, com a mudança nos destinos do plantio de mandioca que se expande para a produção de goma de tapioca, decorrente da revalorização dessa iguaria comum na gastronomia regional do norte e nordeste e presente em cafés-regionais da capital e até em *shopping centers*.

Dessa especialização decorre, em parte, o conflito entre camponeses e pescadores locais.

Conflitos e territorialidades

Janauacá, seu paraná, igarapés e inúmeros lagos, foi palco, na década de 1980, do maior conflito que resultou em mortes, projetado pela imprensa de Manaus como *Guerra do Peixe*. O episódio teve como principais envolvidos, camponeses produtores de goma de tapioca e de farinha de mandioca e pescadores da própria localidade. O objeto do conflito era uso de lagos e igarapés para a pesca feita

com equipamentos inadequados, com a captura indiscriminada principalmente de tucunaré, curimatã, pacu, jaraqui e mapará e durante o ano todo.

O clima de conflito persiste, seja nas menções feitas nas entrevistas, seja nas ações: camponeses desqualificam os pescadores designando essa atividade extrativa intensiva como um “não trabalho”, e acusam-nos pelo esgotamento dos cardumes, peixes cada vez menores em tamanho e mais raros para aqueles que pescam como recurso complementar à atividade agrícola.

A percepção do conflito vem de longe, como expressa um dos mais antigos moradores, o Sr. José Barbosa de Oliveira, nascido no Igarapé Açu, há 85 anos:

A guerra do peixe é aquela política que há muito tempo – eu ainda era criança quando já ouvia falar da “guerra do peixe” – guerra porque o povo não queria a pesca predatória aqui dentro do Janauacá. Então, eu desde menino que vi meu pai – e naquele tempo não tinha esse negócio de motor não – passava aquelas “canoadas” de gente (oito como eu vi passar uma vez) oito canoas cheias de gente para ir colocar português³ – porque naquele tempo era “português” quem pescava de arrastão por esse mundo – e botavam para fora. E uma vez botaram “português” até n’água.

Eram pescadores e iam por aí pescar. Os moradores se juntavam e botavam para fora porque eles não podiam pescar. No fim das contas isso foi crescendo e o povo foi crescendo e cada vez as pessoas iam puxando as pessoas que queriam trabalhar e dar valor ao lugar, eram contra a pesca. Todos tinham que trabalhar e a pesca era só para o arrimo do povo e o governo nunca enxergou isso. Era contra o povo e a favor da pesca. Hoje, o Janauacá está como está. Hoje, se vê, está tudo limpo. Eu tenho comprado curimatá aqui de R\$ 2,00 para comer. Aqui dentro do Janauacá.

Parte da rejeição aos pescadores, por moradores de lagos, é pelo fato de que o exercício da captura dos peixes na entrada das águas para o lago, impede a passagem das espécies para a área de convívio coletivo, como expressa uma produtora de goma de tapioca, moradora do Lago do Italiano:

Porque eles pescam muito. O pessoal bota malhadeira e o peixe não tem como entrar para cá, lá na boca do igarapé enchem de arrastão e o peixe não entra para cá de jeito nenhum, e quem sofre com isso somos nós que estamos aqui. Eles ficam lá, pegam os peixes e quando eles querem vender para a gente ainda é caro. As vezes o peixe é bem pequeno e é vendido a 5 por R\$ 1,00, a curimatá eles vendem por R\$ 1,50, R\$ 2,00 ... é pego aqui dentro na nossa localidade mas eles querem um absurdo de dinheiro.

Ainda comparando a situação atual ao passado recente, afirma o morador antigo:

Tinha um rapaz ali, nosso parente, da nossa família, que ia tarrafejar ali no Lago do Tilheiro, pegava quinze, vinte. Quando era de manhãzinha saía vendendo ali no engenho, vendia aqui para nós, os tambaquis. Cada tambaqui! Tudo pego de tarrafa. Apostavam para ver quem pegava mais. Era tudo de tarrafa. Só existia tarrafa, anzol e arpão. Arpão eu cheguei a pegar tambaqui grande, um monstro de peixe e trazer para o meio da roça.

Ações para defesa dos territórios passaram do antagonismo velado ao entrevero com mortes de dois moradores vinculados à pesca:

Foi por isso. E nós já estivemos no meio porque o governo não apoiou o povo e deixou acabarem com o peixe no Janauacá. Eu mesmo já passei três noites e três dias de tocaia na “boca” do Paraná para ver se eles respeitavam ou não. Mas eu acho que era porque nossos pais e mães rezavam muito que, graças a Deus, nunca aconteceu nada de mal. Mesmo assim, ainda aconteceu de matarem dois aí no meio do lago. Até hoje ainda tem “coleção” de pescadores que vêm de Iranduba pesca, esculhambando tudo.

³ NOGUEIRA e MASULO (1994), referem-se a canoas movidas a remo e à vela, que pescavam próximo de Manaus, chamadas de poveras, devido a sua origem estar ligada aos portugueses que migraram da Póvoa do Varzim, e cuja tripulação era predominante de portugueses.

As iniciativas dos mediadores dos órgãos setoriais, em vista da realização de acordos de pesca, teriam sido frustrados, segundo os informantes, e prevalecem as ações de resistência individual ou grupal de camponeses impondo limites ao uso de determinados lagos e igarapés, via regras localmente definidas. Resistência que passa ao largo das iniciativas de preservação em comunidades organizadas, iniciadas na década de 1970, nos municípios de Jutaí e Tefé, no alto Solimões, posteriormente capturadas e ampliadas pelo Estado através dos modelos de manejos comunitários de lagos de várzea, como os do Programa de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea – ProVárzea, DO Ministério do Meio Ambiente.

O que eu sei é que tem gente aqui – que ele mesmo não me disse mas vieram na minha casa contar – que ele recebe R\$ 900,00 reais para não pescar. Mas eles continuam pescando pior do que antes porque como eles já têm o dinheiro, compra novos utensílios e vão pescar. O governo ao invés de estar auxiliando, está ajudando a escravizar o lugar, tirando o pão da boca dos filhos da terra.

Dos filhos da terra sim porque lá dentro tem o Chico Couro – como o chamam – que... esse é meu sobrinho e só falta matarem ele porque ele quer conservar. Uma vez ele disse: tio Zeca, lá no nosso Igarapé-Açú ainda tem porque aquilo ali é – como se diz – nosso ... (G.N.)

Solicitada a dar sua opinião sobre a existência de ações organizadas, no Lago do Italiano, com relação à pesca, a entrevistada adianta outro viés do antagonismo, quanto ao fato de que devido a pesca ser destinada à indústria, os moradores locais sequer têm acesso a algumas espécies, pela compra:

Não, não, o pessoal lá (no Igarapé Açú) faz, mas nós não queremos nada com eles (os pescadores profissionais) não. A gente queria pelo menos assim: que eles pegassem e viessem pelo menos vender, não queríamos que dessem, mas que vendessem porque tem vezes em que a gente vai atrás e eles não querem nem dar, nem vender, e nem fazer acordo algum.

A referência feita pelo entrevistado aos R\$900,00 recebidos pelos pescadores, corresponde ao seguro pago aos pescadores registrados nas Colônias de Pescadores, durante o período do “defeso”, a fim de evitar a pesca comercial o período da reprodução dos peixes. Para a obtenção desse benefício, a presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Manaquiri, recente-se da migração de muitos de seus afiliados para a Colônia dos Pescadores. Evidencia-se nesse caso, que o STR que vinha sendo procurado principalmente para a obtenção de aposentadorias, passa a ser preterido em favor da Colônia em vista do benefício monetário imediato, recebido durante quatro meses a cada ano.

A situação provoca acusações por parte dos camponeses de que os pescadores continuam pescando durante o tempo do defeso, mesmo recebendo o seguro. Os pescadores se contestam dizendo que o seguro só tem sido pago após o período de impedimento, de modo que durante os quatro meses do defeso, se não pescam, não têm como se manter.

O conflito se fortalece na síntese contraditória entre o benefício social adotado como política pública para a conservação das espécies ameaçadas de extinção e as burlas empreendidas, em que pese a obtenção do benefício. Mais uma vez se coloca em questão a figura dos mediadores da representação formal das duas categorias sociais visibilizadas no antagonismo, aquém do papel do Estado provedor.

Enquanto isso, se resguardam os interesses da indústria do pescado, cujo papel merece ser melhor investigado.

Identidades, territorialidades e as águas

A territorialização dos igarapés e lagos é, em parte, mencionada através do possessivo “nosso”, quando camponeses se referem ao objeto em questão, o território sobre o qual o grupo morador reconhece-se com o direito de defender, pela auto outorga do poder definido historicamente pelo uso e práticas sociais, cuja memória remete a quase um século e pelo consenso tácito de que as águas e sua fauna devem ser de usufruto coletivo de seus moradores. A tensão se estabelece pela verbalização dos pescadores profissionais, moradores do lago à jusante, que salientam o direito de uso das águas, segundo sua percepção de estas não se constituem propriedade privada, em que pese a transformação de sua fauna em mercadoria.

A representação que fazem os camponeses ribeirinhos de que pescaria é “coisa de preguiçoso” pode supor uma concepção do trabalho como transformação da natureza na produção social de bens, e constrói uma identidade ribeirinho-camponesa ante o outro, o pescador, como predador, que ameaça territorialidades coletivas e a exclusividade de territórios nas águas.

A distinção entre esses antagonistas permite elos que os identificam: camponeses morando na terra e pescadores morando na água: na margem do rio e – ambos - à margem da terra.

Quando moradores de restingas e de terras firmes das margens de rios definem como ribeirinhos apenas os que estão diretamente sujeitos às variações dos níveis das águas e aos que vivem nas águas, corroboram com as designações conferidas externamente a eles. No entanto, a auto designação é acionada para todos, quando seus territórios são ameaçados, ou quando há interesses comuns a serem defendidos ante ao mundo urbano, à opinião e aos poderes públicos.

Outro elo de identificação, agora política, se visibiliza na tendência a defender a autonomia da localidade, independente dos municípios dos quais fazem parte: Careiro Castanho – a margem direita do Paraná-, e Manaquiri – a margem esquerda do Paraná. Mas esse é um tema que merece outros desdobramentos.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri. Conflitos Ambientais – atualidade do objeto. In ACSELRAD, Henri (Org.) **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004 . [7-35].

ALMEIDA, Alfredo W. Amazônia: a dimensão política dos ‘conhecimentos tradicionais’. In ACSELRAD, Henri (Org.) **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004. [37-56].

_____. Processos de territorialização e movimentos sociais na Amazônia. In OLIVEIRA, A. U. e MARQUES, Marta I. (orgs.) **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção de justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

Di MÉO, Guy. **Géographie sociale et territoires**. Paris: Nathan, 1998.

FRAXE, Terezinha. **Homens Anfíbios: uma etnografia do campesinato das águas**. São Paulo: Annablume, 2000.

_____ **Cultura Cabocla – Ribeirinha**. Mitos, Lendas e Transculturalidade. São Paulo: Anablume, 2004.

FURTADO, Lourdes. Dinâmicas sociais e conflitos da pesca na Amazônia. In ACSELRAD, Henri (Org.) **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.

FURTADO, Lourdes et al. **Povos das Águas**. Realidade e perspectivas na Amazônia. Belém; M. P. E. Goeldi, 1993.

GONÇALVES, Carlos W. P. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Contexto, 2001.

LIMA, Deborah et. All. Síntese do Estudo Estratégico “Diversidade sócio-ambiental nas várzeas dos Rios Solimões e Amazonas: perspectivas para o desenvolvimento sustentável”. Texto apresentado em seminário do PROVÁRZEA, Manaus, março, 2004.

McGRATH et all. Varzeiros, Geleiros e o Manejo dos Recursos Naturais na Várzea do Baixo Amazonas. Belém: Cadernos do NAEA, No. 11, novembro, 1993. [91-123].

_____ Manejo comunitário de lagos de várzea e o desenvolvimento sustentável da pesca na Amazônia. Belém: Novos Cadernos NAEA, vol 1, no. 2 – Dezembro 1998. [5-32].

MASULO, Manuel. **Caboclos-ribeirinhos: camponeses da Amazônia**. [s/d] . Inédito.

MAYBOURY-LEWIS. Terra e Água: Identidade Camponesa como Referência de Organização política entre os Ribeirinhos do Rio Solimões. In FURTADO, Lourdes (Org.). Amazônia, desenvolvimento, sociodiversidade e qualidade de vida. Belém: M. P. E. Goeldi. [s/d]. [31-69].

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Geografia Agrária: Perspectivas do Século XXI. In OLIVEIRA, A. U. e MARQUES, Marta I. (orgs.) **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção de justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

NEVES, Delma P. Os ribeirinhos e a reprodução social sob construção. In Boletim Rede Amazônia. Rio de Janeiro: Ano 2. No. 1, 2003. [47-59]

NOGUEIRA, Ricardo. Amazonas: um estado ribeirinho. Manaus: EDUA, 1999.

NOGUEIRA, Ricardo e **MASULO**, Manuel. A pesca dos embarcados em Manaus. Manaus: UA. Revista da Universidade do Amazonas. Série Ciências Humanas v. 4, n. 12, p. 143-154, jan./dez, 1994.

RAFFESTIN. Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SCHERER, Elenise et al. Políticas sociais para os Povos das Águas. In Cadernos do CEAS. No. 207. Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, 2003.